

# A ENFERMAGEM E A QUESTÃO AMBIENTAL: PROPOSTA DE UM MODELO TEÓRICO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

NURSING AND THE ENVIRONMENTAL MATTER: A PROPOSAL FOR A THEORETICAL MODEL FOR THE PROFESSIONAL PRACTICE  
LA ENFERMERÍA Y LA CUESTIÓN AMBIENTAL: PROPUESTA DE UN MODELO TEORICO PARA EL EJERCICIO PROFESIONAL

*Maria Celeste Soares Ribeiro<sup>1</sup>*  
*Maria Rita Bertolozzi<sup>2</sup>*

---

**RESUMO:** Tendo em vista os reflexos das alterações ambientais sobre a saúde da população, as autoras propõem um modelo teórico para incorporar a questão ecológica no exercício profissional de enfermagem, tendo como referencial o eco-socialismo/marxismo. O modelo fundamenta-se na análise do processo econômico capitalista, com suas tecnologias de produção e modo de consumo, geradores de ecodesigualdades e impactos antropogênicos que repercutem sobre os perfis de saúde-doença do coletivo. As ações de enfermagem, permeadas por uma consciência ecológica, podem evitar ou mesmo combater ecodesigualdades e impactos antropogênicos.

---

**PALAVRAS CHAVE:** meio ambiente, consciência ecológica, eco-socialismo, exercício profissional

## INTRODUÇÃO

Para *Diegues* (1996, p. 39), "as agitações estudantis de 1968, nos Estados Unidos e na Europa" iniciaram um novo movimento ecológico. Segundo ele, esse movimento questionava, entre outros temas, as formas de organização da sociedade, as sociedades de consumo, a poluição, a energia nuclear. As discussões e lutas que se seguiram ao movimento contestatório de 1968 resultaram na transformação das ações dos ecologistas em força política. Em alguns países, os ecologistas passaram a compor o "staff" governamental, como na França, com a criação do Ministério do Meio Ambiente ou a constituir partidos políticos e organizações que questionavam a forma de tratamento das questões ambientais.

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), com o objetivo de estudar a situação de degradação ambiental e propor formas para compatibilizar a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. Um dos produtos dessa Comissão foi a proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, definido como uma modalidade de desenvolvimento sem degradação do meio ambiente, o qual deve suprir as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras.

No Brasil alguns movimentos ambientalistas conseguiram, se não sensibilizar, pelo menos informar parte da sociedade sobre as questões ambientais, como o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes no Acre, entre outros. Veja-se que uma perspectiva mais ampla dessa questão era a que Chico Mendes apresentava: "a militância ecológica não pode divorciar-

---

<sup>1</sup> Enfermeira, aluna do programa de Mestrado - área de concentração Saúde Coletiva - da EEUSP

<sup>2</sup> Enfermeira, professora doutora da EEUSP

se da luta social" (Galeano, 1998, p.564), entendendo que os problemas relativos à destruição da floresta amazônica estavam relacionados à ausência de reforma agrária e à ociosidade dos grandes latifúndios. Seu engajamento político resultou no seu assassinato em 1988, fato que repercutiu não só no Brasil mas também em outros países.

Também contribuiu para a discussão ambiental na sociedade brasileira a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92. Essa Conferência "destacou as repercussões gerais da deterioração contínua do meio ambiente e suas conseqüências para a saúde da população mundial, particularmente nos grandes centros urbanos" (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 1993, p.VII).

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo que trata da questão ambiental é claro quanto à esfera da responsabilidade relativa à conservação do meio ambiente: "do poder público e da coletividade". Também nos capítulos que tratam especificamente da área da saúde, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), encontramos como atribuição deste "colaborar na proteção do meio ambiente" (art. 200, inciso VIII) (BRASIL, 1988). Uma das leis que regulamentam o SUS, a Lei 8080/90 (BRASIL, 1990), ao fazer menção aos fatores que determinam e/ou condicionam a saúde, aí inclui o meio ambiente (art. 2º, parágrafo 3º).

Entretanto, temos observado em nossa prática profissional que os enfermeiros não levam em consideração as questões relativas à saúde ambiental quando exercem seu trabalho. Isto fica claro quando na gestão em saúde, por exemplo, o enfermeiro seleciona materiais e técnicas muitas vezes influenciado pela propaganda de produtos e aparentemente com a visão restrita apenas ao local de uso desta tecnologia – a ênfase nos descartáveis ou o excesso de desinfetantes/esterilizantes químicos, por exemplo – sem qualquer inquietação quanto aos resultados decorrentes do volume de resíduos gerados e o seu destino final. Na assistência, não é raro que o enfermeiro considere apenas o aspecto referente ao saneamento básico, não orientando o usuário, individual ou coletivo, em relação à conservação do meio ambiente – como preservar os mananciais, por um lado ou por outro, sobre a participação em reivindicações e movimentos ambientalistas. Por isso, esta reflexão teórica se estrutura diante da preocupação com a consciência ecológica dos enfermeiros, cuja incorporação consideramos necessária para o reordenamento de suas práticas. Nesta perspectiva, consciência ecológica – ou consciência ambiental – é a percepção "da necessidade de obediência a normas que visam a proteção ao meio ambiente (...) [tendo em vista] a conservação da vida humana e do bem-estar das sociedades" (Branco, 1997, p.29-30). É, portanto, "uma forma de pensar" (Lago, 1991, p.27) expressa "por ação crítica em relação a situações específicas ou mais gerais no que concerne aos impactos antropogênicos sobre a natureza" (p.53).

A concepção de saúde contida na Carta Magna, as diretrizes e as atribuições determinadas para o funcionamento do SUS, colocam aos enfermeiros a necessidade de revisão de suas práticas, incorporando dessa forma o desenvolvimento de ações que contribuam para a conservação do meio ambiente.

## O PENSAMENTO ECOLÓGICO

Diversas concepções sobre a relação homem/natureza permeiam os movimentos em defesa do meio ambiente. Diegues (1996) aborda algumas diferenças entre o que ele denomina como "escolas de pensamento ecológico": a ecologia profunda, a ecologia social e o eco-socialismo/marxismo. Nas palavras desse autor, a ecologia profunda tem como princípio os "valores intrínsecos da vida humana e não humana (...) o florescimento da vida não humana e das culturas são compatíveis com um decréscimo substancial da população humana. O florescimento da vida não humana requer tal decréscimo" (p.44). Na ecologia social os seres humanos são considerados "não como uma espécie diferenciada (...) mas constituída de grupos

diferentes como: pobres e ricos; brancos e negros; jovens e velhos. Por outro lado criticam a noção de Estado e propõem uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção (...) considera o equilíbrio e a integridade da biosfera como um fim em si mesmo (...) [as], comunidades primitivas [são] um exemplo e um modelo para uma nova sociedade" (p.45-46). E, finalmente, para o eco-socialismo/marxismo, "o homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto (...) se deve considerar normal a intervenção do homem no curso dos fenômenos e dos ciclos naturais; a natureza [é] parte de nossa história (...) [a] natureza é sempre histórica e a história sempre natural; a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza (...) [ a sociedade] é ao mesmo tempo parte e criação da natureza" (p.49). Essa escola propõe "uma sociedade para a qual a natureza é um lugar onde o homem pode desabrochar; uma realidade aberta que ele pode ajudar a desenvolver (...) [a natureza] é diversidade, criação constante de diversidades, existência complementar de cada força e de cada espécie" (p.50). Os ecomarxistas, ao referirem-se aos temas de ecologia, consideram que esta preocupação pertence a "milhões de pessoas que descobriram que suas lutas econômicas, sociais, políticas e culturais, tendo em vista sua sobrevivência contra a pobreza e a miséria, são simultaneamente lutas ecológicas".<sup>3</sup>

#### AS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS E SEUS REFLEXOS SOBRE A SAÚDE DA COLETIVIDADE

Diversos estudos têm atribuído à poluição ambiental o aumento da morbimortalidade na população. O "episódio de Londres", em 1952, onde houve um incremento de cerca de 4000 mortes após a ocorrência de inversão térmica e conseqüente excesso de poluição atmosférica, constituiu-se num marco na relação entre poluição e danos à saúde (Saldiva, 1998). Na década de 50, no Japão, a contaminação da água por mercúrio resultou em epidemia de doença semelhante à encefalite, com mortes e seqüelas, fato conhecido como episódio de Minamata. Em Bhopal, na Índia, no ano de 1984, gases tóxicos liberados inadvertidamente por uma fábrica de agrotóxicos também causaram vários óbitos (Silva; Schramm, 1997). Ainda Landrigan (1992) ressalta a relação entre a poluição do meio ambiente e a saúde, apontando aquela como causa de doenças e mortes. Outro estudo, realizado por Saldiva (1998) aponta que na cidade de São Paulo cerca de 10% das mortes de idosos são devidas à poluição do ar.

Um outro aspecto a ser considerado em relação à poluição ambiental é o fato desta não atingir "democraticamente" todos os indivíduos, como demonstra a investigação de Peiter e Tobar (1998), estando mais expostas as classes sociais mais desfavorecidas.

O informe da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Organização Mundial da Saúde (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 1993), coloca em pauta a discussão sobre a poluição por agentes químicos e biológicos que está presente no meio ambiente e a sua relação com doenças, incapacidades e mortes prematuras. Esse mesmo relatório "condena" os programas de desenvolvimento dos países por não priorizarem as questões ambientais e conclama a participação da população para implantar e avaliar programas na área ambiental.

Ainda que escassas, há investigações que recuperam a percepção da população sobre a relação meio ambiente e saúde, dentre as quais um estudo realizado num distrito de Salvador-BA, cujos resultados surpreenderam os pesquisadores ao constatarem que os moradores "estavam interessados em melhorias ambientais não somente para prevenir doenças ou por algum tipo de vantagem econômica, mas também para melhorar a qualidade de vida e o 'status social' e porque melhorias ambientais foram relacionadas com a solução de outros problemas" (Melo et al., 1993, p.64).

#### A ENFERMAGEM E A QUESTÃO AMBIENTAL

<sup>3</sup>Parte da revista "Capitalism, Nature, Socialism", citada por Diegues (1996, p.50)

O Conselho Internacional de Enfermeiras elaborou um documento por ocasião do Dia Internacional da Enfermeira, em 1990, ressaltando o papel desses agentes e de suas associações na promoção da saúde através da conservação do meio ambiente e listando uma série de atividades consideradas como "papéis" das enfermeiras (CONSEJO INTERNACIONAL DE ENFERMERAS, 1990).

Essas atividades propostas pelo Conselho constituem-se, de certa forma, um avanço, considerando a ausência de trabalhos e recomendações na área de saúde ambiental e enfermagem. Por outro lado, são atividades pontuais, que não propõem um questionamento com um pouco mais de profundidade sobre as condições que geram os problemas ambientais, levando à conclusão em relação a algumas recomendações, que o problema é da responsabilidade do indivíduo ou de uma determinada comunidade. O Conselho também faz eco com outras vozes que relacionam a degradação ambiental ao aumento da população. Esta concepção poderia ser classificada como uma percepção ingênua da realidade, mas na verdade retrata uma postura ideológica, muitas vezes abraçada sem crítica pela enfermagem. A possibilidade de atribuir aos países pobres a degradação ambiental pelo excesso de população é contraditório com o próprio relatório da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Organização Mundial da Saúde ao declarar que "o consumo *per capita* dos países ricos é 50 vezes maior que o dos países pobres (...) com 15% da população mundial gerando 77% de todos os resíduos industriais perigosos (...) mais de 80% dos gases que contribuem para o efeito estufa procedem da produção e consumo do mundo desenvolvido" (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 1993, p.XVIII-XIX).

Na literatura internacional indexada há uma série de publicações que relacionam a enfermagem à questão ambiental.

*Tiedje e Wood* (1995) analisam a evolução do conceito de meio ambiente em textos de enfermagem publicados durante as últimas décadas, concluindo que está havendo uma modificação do enfoque mais relacionado ao aspecto biológico - saneamento básico - para aspectos que incluem os poluentes físicos e químicos. *Neufer* (1994) afirma que a formação de enfermeiras em saúde comunitária não ensina a metodologia necessária para conhecer e detectar alterações de saúde decorrentes das mudanças do meio ambiente provocadas por contaminação química, discutindo uma metodologia para tal. *Bellack et al.* (1996) estudaram os programas de formação de enfermeiras práticas que atuam na área de cuidados primários de saúde, concluindo que atualmente está sendo dada atenção insuficiente à saúde ambiental. *Garman* (1995) considera que as enfermeiras, como profissionais que cuidam de pessoas, devem estar envolvidas na proteção ao meio ambiente, selecionando produtos mais apropriados do ponto de vista da necessidade de uso e dos danos que podem causar ao meio ambiente. *Cox et al.* (1997) consideram que as atividades de enfermagem podem causar danos ao meio ambiente, afirmando que as enfermeiras devem ser "educadas" quanto ao papel dos serviços de saúde sobre o meio ambiente e formas de reduzir o volume dos danos que estes serviços podem causar. *Phillips* (1995) discute o papel das enfermeiras de saúde pública na proteção das comunidades em relação a riscos de contaminação ambiental, destacando a importância da educação em saúde e a integração entre o governo, os profissionais de saúde e os membros da comunidade na identificação dos riscos. *Kleffel* (1996) discute o referencial teórico utilizado pelas enfermeiras na incorporação das práticas sobre o meio ambiente, apontando que atualmente inicia-se uma mudança em direção ao paradigma ecocêntrico. *Avery* (1996) destaca a "enfermagem *ecowellness*" como uma forma de ir além das soluções positivistas incorporadas tradicionalmente pela enfermagem, orientando as práticas para sua abordagem baseada na práxis ecocêntrica. *Emden* (1996) mostra que a preocupação das enfermeiras com as responsabilidades ambientais reflete a substituição do pensamento moderno pelo pós-moderno. Uma publicação chilena apresenta entrevista realizada com duas enfermeiras de um hospital em Santiago que



desenvolvem um trabalho com o objetivo de iniciar entre as enfermeiras um processo de reflexão sobre a questão ambiental e a enfermagem. (*¿ENFERMERÍA Ecológica?*, 1992).

Em revisão da literatura nacional indexada sobre trabalhos da área de enfermagem e a questão ambiental, foram encontradas poucas publicações. No início da década de 90, *Takayanagui* (1993a) discutia a consciência ecológica dos trabalhadores da saúde e seus reflexos tanto na própria saúde quanto na saúde do meio ambiente, concluindo que "ter consciência ecológica está diretamente ligado a uma postura de preservação e de cuidados para com o meio em que se vive (...) não significa simplesmente mudar o comportamento diante das situações ambientais no trabalho (...) e sim, antes, mudar o nosso modo de pensar e de sentir essas situações, de forma a conviver em equilíbrio com o meio físico"(p.95). É também de *Takayanagui* (1993b) investigação realizada com trabalhadores da saúde objetivando a sua conscientização no gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços que prestam atendimento à saúde, na cidade de Ribeirão Preto-SP, utilizando um método de educação conscientizadora para "facilitar (...) adquirirem uma consciência ecológica crítica, capaz de torná-los agentes de mudança, interferindo positivamente nas questões dos resíduos sólidos".

Ao analisar os temas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem, promovidos pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), tendo por base o trabalho de *Fonseca et al.* (1997), verifica-se que apenas o 46º, dentre os quarenta e sete realizados até então, tratou de tema relacionado à questão ambiental. Esse Congresso teve como tema oficial "Enfermagem – compromisso com a vida: o homem, a sociedade e a natureza: o exercício da cidadania na perspectiva de uma nova ética", com dois subtemas relacionados ao assunto que versaram sobre as origens do problema ecológico, destino e tratamento de resíduos sólidos e sobre tratamentos alternativos com fitozooterapia.

É importante destacar que os trabalhos de enfermagem aqui considerados partem, de um modo geral, de uma visão multicausal, tomando-se o ambiente como um fator a mais a ser considerado no processo saúde-doença dos indivíduos e coletividade. As alterações ambientais não são visualizadas como consequência do modo de produção e consumo da sociedade, o que pode levar a interpretações e propostas de soluções limitadas por parte dos enfermeiros.

#### UM MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA INSERIR A QUESTÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM

O eco-marxismo advoga como ponto de partida da discussão da crise ecológica, que esta "não pode ser resolvida sem uma transformação radical das relações de produção capitalistas e que a crise econômica não pode ser resolvida sem uma transformação radical das forças de produção capitalista" (*O'connor, 1998a, p. 566*). A respeito da neutralidade da ecologia, *Galeano* (1998) lembra que o modelo de desenvolvimento econômico imposto aos países do Terceiro Mundo tem gerado desigualdades na apropriação de um ambiente saudável entre ricos e pobres no que se refere à qualidade do ar, da água, dos alimentos e ao acesso aos serviços públicos. Portanto, a discussão sobre a questão ambiental deve estar atrelada ao contexto de desenvolvimento econômico, visto o grau de dependência entre ambos.

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, adotado principalmente a partir da década de 50, determinou a mudança de país agro-exportador a industrializado. Esta mudança tem promovido, a partir de então, a concentração da população em áreas urbanas e o abandono das políticas sociais direcionadas à área rural. Enquanto nas cidades a demanda por serviços de infra-estrutura como saneamento, transporte, moradia, educação e saúde passou a exigir cada vez mais a concentração de recursos econômicos, para a área rural adotou-se um modelo de desenvolvimento baseado nas grandes propriedades e monoculturas direcionadas à exportação de produtos, com necessidade de pouca mão de obra devido à mecanização da produção ou à utilização de grande extensão de terra destinada à pecuária, contribuindo para a migração de

certos grupos sociais para as cidades. As sucessivas crises capitalistas internacionais, a subordinação da economia nacional ao capital externo, o processo inflacionário e as crises de governabilidade têm privilegiado, fundamentalmente nas últimas três décadas, um modelo político-econômico concentrador de renda, autoritário e que segmenta a população em estratos sociais com diferentes potencialidades de acesso ao consumo. A atual crise de estagnação das economias capitalistas e o modelo neoliberal proposto têm levado países de economias dependentes como o Brasil, a adotar políticas de ajuste que reduzem os gastos públicos para investimentos em áreas sociais e que, na área privada, têm levado "à queda dos salários e do emprego nos mercados formais e aumento da informalidade nos negócios." (Tavares; Fiori, 1993, p.76). A atual crise econômica tem reflexos sobre a situação de vida e saúde das populações. Esses reflexos são principalmente destrutivos pois deterioram as condições de produção e as relativas ao desenvolvimento dos processos de trabalho, pervertem o padrão de consumo, comprometem o papel do Estado como mediador da relação capital-trabalho na implementação de políticas sociais, prejudicam o meio ambiente através de processos de contaminação e de urbanização descontrolada e, finalmente, precarizam a luta reivindicativa e de defesa dos direitos humanos (Breilh, 1990).

Nessa perspectiva, na medida em que a questão ambiental está diretamente relacionada à forma como a sociedade está organizada e produz, devem ser consideradas duas dimensões: a configuração da sociedade capitalista como "sociedade de consumo ou sociedade consumista" e as tecnologias de produção.

Entende-se por tecnologias os instrumentos de produção, as técnicas e métodos utilizados para o manuseio e tratamento das diversas matérias primas que resultarão no produto a ser colocado para consumo. La Rovere (1992) inclui, ainda, como tecnologia o "aparelho do consumo, ou seja, dos bens e dos serviços que são oferecidos à sociedade" (p.86). Segundo O'connor (1998b), no capitalismo, a tecnologia tem como função a maximização da produtividade do trabalho por unidade de tempo, o que aumenta a taxa de acumulação de capital por aumentar a exploração da força de trabalho. Ainda para esse autor, a inovação tecnológica é utilizada para dominar os trabalhadores, pois reforça e determina a separação entre trabalho intelectual e manual, aumentando a necessidade de especialistas e a transferência do poder de decisão para os níveis de gestão. Na interpretação marxista do capitalismo, o ponto de partida do capital é a natureza. O processo de produção capitalista, em função da forma como opera, a ela devolve seus resíduos, o que caracteriza uma contradição: a utilização de determinada tecnologia pode aumentar a acumulação capitalista e, por gerar efeitos destrutivos ao meio ambiente, à medida que esses efeitos aumentam, o custo de produção também aumentará. Breilh (1990) ressalta que os países periféricos importam indústrias que desenvolvem tecnologias de risco, muitas vezes proibidas em seus países de origem, que neles se instalam pelas facilidades quanto à legislação ambiental e à falta de mecanismos de controle por parte da sociedade. Machado et al. (1992) também ressaltam "a concentração de tecnologias 'suja' (destaque meu) no terceiro mundo como reflexo da divisão internacional do trabalho [por] representar excelentes oportunidades de acumulação de capital" (p.36). Para O'connor (1998b), não deve ser esperada do capitalismo nenhuma preocupação com o fato de utilizar-se de tecnologias que devastam o meio ambiente, pois seu objetivo é a extração de mais valia e a acumulação de capital. Ainda segundo o autor, a preocupação ambiental somente estará presente, neste caso, se houver a possibilidade de obtenção de lucros, como por exemplo, a produção de produtos ditos "ecológicos" – elaborados com materiais reutilizáveis ou que sejam biodegradáveis – destinados a uma determinada faixa de consumidores ou a partir da perspectiva de punição por legislação ou por movimentos sociais organizados.

A sociedade consumista é definida por Lago (1991) como "aquela que inverte o esquema tradicional que tem na produção o mecanismo de regulação do consumo (...) por meio de hábeis instrumentos de criação de necessidades, o consumo é que tende a regular a produção

(...) as necessidades tendem a ser produtos de manejo da publicidade..." (p.152). A população passa a ter necessidades ditadas pelo produtor pois "os valores criados pelos produtores foram gradativamente substituindo a necessidade objetiva..." (Rozenfeld; Porto, 1992, p.180). Amplia-se o consumo de recursos da natureza ( matéria prima e energia) e gera-se cada vez mais resíduos que devem ser por ela absorvidos. Para La Rovere (1992), é "no aparelho de consumo que se coloca mais fortemente a possibilidade de conservação de energia e de matérias primas, com a redução dos impactos ambientais" (p.87). O autor exemplifica com o caso dos automóveis: os impactos no ambiente, como a emissão de poluentes atmosféricos oriundos do transporte coletivo, será menor por pessoa transportada comparativamente ao dos automóveis de passeio e que têm uso quase que individualizado. Assim, tanto as tecnologias de produção como a estruturação da sociedade "consumista" produzem impactos sobre o meio ambiente. Denominamos as alterações sobre as propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, decorrentes das atividades humanas, como "impactos antropogênicos", terminologia utilizada por Lago (1991). Como o modo de produção capitalista insere desigualmente os indivíduos no processo produtivo, os impactos antropogênicos decorrentes desse processo, tanto de produção como de consumo dos bens produzidos, geram desigualdades. Como consequência, há "superposição das diversidades ecológicas e culturais – valores positivos enquanto expressões de vida – com as desigualdades sociais e a agressão ambiental, que negam aqueles valores e refletem processos que impõem os interesses de alguns sobre os da coletividade (...) [essa] articulação econômica e social dos espaços diferenciados [caracterizam-se como] eco-desigualdades" (Buss, 1992, P.229-30). De modo geral, as populações de baixa renda, nos grandes centros urbanos, são "empurradas" para a periferia devido ao custo da moradia e têm acesso desigual a serviços essenciais como os de saneamento básico e saúde; ou habitam as proximidades de indústrias que despejam contaminantes ambientais no solo ou nos recursos hídricos por elas utilizados. Os países pobres convivem com indústrias poluidoras que são muitas vezes rejeitadas nos países centrais e suas populações têm, em geral, pouco poder para interferir na elaboração e cumprimento de legislações ambientais.

Para os eco-marxistas, o modo de produção capitalista é incompatível com o conceito de desenvolvimento sustentável. "O conceito de sustentabilidade deve compreender, porém, não apenas a dimensão ecológica, mas também a econômica, a social, a tecnológica, a cultural e a política" (La Rovere, 1992, p.84). A ameaça ecológica não se encontra, para Foster (1998), na natureza e sim na sociedade, ou melhor, no modo de produção capitalista. Para os eco-marxistas, as lutas ecológicas devem unir-se às lutas dos trabalhadores contra a exploração. Os ecologistas não devem lutar contra a modernidade capitalista, devem "(...) enfrentar a modernidade capitalista e transformá-la. Já que a destruição do mundo vital como o conhecemos é evidente, a grande massa da humanidade não tem nada a perder, somente seus grilhões. Tem um planeta a salvar" (Foster, 1998, p.528).

Isto posto, passamos a discutir até que ponto o tema ecologia refere-se à enfermagem. Acreditando que o modo de produção capitalista somente terá interesse na conservação do meio ambiente se isso resultar em lucros ou se o descaso com a conservação resultar em punições, conforme advoga O'connor (1998b), a atuação dos enfermeiros, permeadas por sua consciência ecológica (entendida como o "agir crítico" no cotidiano de forma a evitar impactos antropogênicos, com vistas a contribuir para a conservação do meio ambiente para uso das gerações presentes e futuras), deve ter repercussão sobre as tecnologias de produção e sobre a sociedade de consumo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes questões ecológicas da atualidade têm caráter internacional e são

conseqüências do modelo econômico. Não será, por exemplo, simplesmente a coleta de lixo de forma seletiva que resolverá o problema do excesso de resíduos urbanos. O que também deverá ser considerado, neste caso, é o excesso de embalagens devido ao crescente incentivo ao consumo, que envolve a produção e aquisição de produtos de pequena durabilidade, processo característico das sociedades capitalistas. As ações pontuais ou localizadas são necessárias, mas não suficientes para resolver os problemas ambientais. Os enfermeiros, ao assumirem coordenar ações pontuais, devem ter como horizonte a transformação da realidade encontrada, promovendo a conscientização dos envolvidos.

Nas ações específicas de prestação dos cuidados de enfermagem, as tecnologias utilizadas devem ser questionadas do ponto de vista da repercussão sobre o meio ambiente, não apenas sobre o paciente individualizado. As conseqüências das ações desenvolvidas pelos enfermeiros não se encerram dentro do hospital ou unidade básica ou escola, mas interferem com o equilíbrio ecológico do planeta, repercutindo sobre o presente e o futuro. Enfim, o exercício da enfermagem deve colocar-se em relação às perspectivas de causarem (ou não) ecodesigualdades e impactos antropogênicos, avaliações estas imprescindíveis na prestação e administração de cuidados, administração de serviços, ensino e pesquisa. Mais avançada ainda será a atuação para evitar e/ou combater as ecodesigualdades e os impactos antropogênicos.

---

**ABSTRACT:** Considering the side effects of environmental changes over the population's health, a theoretical model is proposed in this study in order to incorporate ecologic matters into the nursing practices. The reference for this work is the eco-socialist-marxist theory. The model is based on the analysis of the capitalist economic process, its production technologies and consumption. It is known that this economic model generates ecoinequalities and anthropogenic impacts that rebound on the health-disease profile of the population. The nursing action, permeated by ecological awareness, can prevent and also combat ecoinequalities and destructive human actions on the environment.

**KEY WORDS:** environment, ecology, consciousness, eco-socialism, nursing practices

---

**RESUMEN:** Frente a los reflejos de las alteraciones ambientales en la salud de la población, las autoras proponen un modelo teórico para incorporar la cuestión ecológica al ejercicio profesional de los enfermeros, teniendo como referencial el eco-socialismo/marxismo. El modelo se basa en el análisis del proceso económico capitalista, con sus tecnologías de producción y su modo de consumo, generadores de ecodesigualdades y de impactos antropogênicos, con implicaciones sobre los perfiles de salud-enfermedad de la colectividad. Las acciones de enfermería, si se practican dentro de una concienciación ecológica, pueden evitar o incluso combatir ecodesigualdades e impactos antropogênicos.

---

**PALABRAS CLAVE:** medio ambiente, conciencia ecológica, eco-socialismo, ejercicio profesional

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVERY, A. Eco-wellness nursing: getting serious about innovation and change. *Nurs. Inquiry*, v. 3, n. 2, p. 67-73, 1996.



- BELLACK, J.P. et al. Environmental health competencies: a survey of U.S. nurse practitioner programs. Carlestone, USA. *J. Nurs. Educ.*, v. 35, n. 2, p. 74-81, 1996.
- BRANCO, S.M. Ecologia e ecologismos. In: KUPSTAS, M. (Org) *Ecologia em debate*. São Paulo: Moderna, 1997. p.21-31.
- BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal/ Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Leis etc. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1990.
- BREILH, J. La pobreza urbana y la salud: una mirada desde la epidemiología crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 1., 1990, Campinas. *Anais...* Campinas: ABRASCO, 1990. p. 283-302.
- BUSS, P. M. Desenvolvimento, ambiente e saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 2., 1992, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABRASCO, 1992. p.227-39.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 46., 1994, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ABEn- Seção RS, 1996.
- CONSEJO INTERNACIONAL DE ENFERMERAS. La enfermera y el medio ambiente. *Enfermería*. v. 25, n. 94, p. 30-1, 1990.
- COX, M. et al. Environmental protection through waste management. Implications for staff development. *J.Nurs.Staff Dev.*, v. 13, n. 2, p.67-72, 1997.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- EMDEN, C. Environmental ways forward in a postmodern ( nursing )world. *Contemp Nurse*, v. 5, n. 2, p. 80 - 4, 1996.
- ENFERMERÍA ecologica? *Enfermería*, v. 26, n. 97, p.14 - 6, 1992.
- FONSECA, R.M.G.S. et al. Historicidade dos Congressos Brasileiros de Enfermagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 48., 1996, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABEn, 1997. p.79-96.
- FOSTER, J. B. Marx y el medio ambiente. In: CANTOR, R. V. (Org). *Marx y el siglo XXI: hacia un marxismo ecologico y critico del progreso*. Bogotá: Santafe de Bogota 1998. p.515-57.
- GALEANO, E. Cinco grandes mentiras en torno a la ecologia. In: CANTOR, R. V. (Org.). *Marx y el siglo XXI: hacia un marxismo ecologico y critico del progreso*. Bogotá: Santafe de Bogota, 1998. p.558-65.
- GARMAN, C. The nurse and the environment: how one group thinks globally and acts locally. *Holist. Nurs.Pract*, v. 9, n. 2, p. 58-65, 1995.
- KLEFFEL, D. Environmental paradigms: moving toward and ecocentric perspective. *ANS. Adv. Nurs. Sci.*, v. 18, n. 4, p. 1-10, 1996.
- LAGO, P. F. *A consciência ecológica: a luta pelo futuro*. Florianópolis: UFSC, 1991.
- LANDRIGAN, P.J. Commentary: environmental diase – a preventable epidemic. *Am. J. Public Health*, v. 82, n. 7, p. 941-3, 1992.

- LA ROVERE, E. L. A Sociedade tecnológica, a democracia e o planejamento. In: GOLDENBERG, M. *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.77-100.
- LUCHESI, G. Vigilância sanitária: o elo perdido. *Divulg. Saúde Deb.*, n. 7, p.48-52, 1992.
- MACHADO, J. H. et al. Controle social, ambiente e saúde. *Divulg. Saúde Deb.*, n. 7, p.35-40, 1992.
- MELO, C. et al. Explorando o potencial de atenção básica sobre o meio ambiente: a técnica da estimativa rápida aplicada no distrito sanitário de Pau da Lima. *Rev. Baiana Enf.*, v. 6, n.1, p.57-71, 1993.
- NEUFER, L. The role of the community health nurse in environmental health. *Public Health Nurs.*, v. 11, n. 3, p.155-62, 1994.
- O'CONNOR, J. Socialismo y ecologismo: mundialismo y localismo. In: CANTOR, R. V. (Org) *Marx y el siglo XXI: hacia un marxismo ecologico y critico del progreso*. Bogotá: Santafe de Bogota, 1998a. p. 566-76.
- \_\_\_\_\_. Ecologia e tecnologia. In: CANTOR, R. V. (Org). *Marx y el siglo XXI: hacia un marxismo ecologico y critico del progreso*. Bogotá: Santafe de Bogota, 1998b. p.419-32.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *Nuestro planeta, nuestra salud: Informe de la Comision de Salud y Medio Ambiente de la OMS*. Washington, 1993. ( Publicación científica, 544).
- PEITER, P.; TOBAR, C. Poluição do ar e condições de vida: uma análise geográfica de riscos à saúde em Volta Redonda, Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 14, n. 3, p.473-85, 1998.
- PHILLIPS, L. Chattanooga creek: case study of the public health nursing role in environmental health. *Public Health Nurs.*, v. 12, n. 5, p.335-40, 1995.
- ROZENFELD, S.; PORTO, M.A.T. Vigilância sanitária: uma abordagem ecológica da tecnologia em saúde. In: LEAL, M.C. et al. *Saúde, ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1992. v. 2, p.171-96.
- SALDIVA, P. Poluição: problema médico. *Médicos*, v. 1, n. 2, p.58-63, 1998.
- SILVA, E.R.; SCHRAMM, F.R. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia/ utopia de uma época. *Cad. Saúde Públ.*, v. 13, n. 3, p.355-82, 1997.
- TAKAYANAGUI, A. M. M. Consciência ecológica e os resíduos de serviços de saúde. *Rev.Latino Am.Enf.* v. 2, n. 1, p.93-6, 1993a.
- TAKAYANAGUI, A. M.M. *Trabalhadores de saúde e meio ambiente: ação educativa do enfermeiro na conscientização para gerenciamento de resíduos sólidos*. Ribeirão Preto, 1993b. 179p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- TIEDJE, L.B.; WOOD, J. Sensitizing nurses for a changing environmental health role. *Public Health Nurs.*, v. 12, n. 6, p. 359-65, 1995.